



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ELOANE VANUSA DE OLIVEIRA FERREIRA

**O ENSINO DOS SABERES TRADICIONAIS DENTRO E FORA DA SALA DE
AULA NA ESCOLA INDÍGENA SURARA BENVINDA**

SANTARÉM/PARÁ

2021

ELOANE VANUSA DE OLIVEIRA FERREIRA

**O ENSINO DOS SABERES TRADICIONAIS DENTRO E FORA DA SALA DE
AULA NA ESCOLA INDÍGENA SURARA BENVINDA**

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Artigo
- apresentado ao Instituto de Ciências da Educação da
Universidade Federal do Oeste do Pará, como
requisito para obtenção do título de Graduação em
Pedagogia sob orientação da Prof. Dra. Paula de
Mattos Colares.

SANTARÉM/PARÁ

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA.
Catalogação de Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Ferreira, Eloane Vanusa de Oliveira.

O ensino dos saberes tradicionais dentro e fora da sala de aula na escola indígena Surara Benvinda / Eloane Vanusa de Oliveira Ferreira. - Santarém, 2021.
32fl.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Instituto de Ciências da Educação-ICED. Licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Paula de Mattos Colares.

1. Saberes tradicionais. 2. Educação escolar indígena. 3. Ensino diferenciado. 4. Práticas educacionais. I. Colares, Paula de Mattos. II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 23.ed. 370.117

ELOANE VANUSA DE OLIVEIRA FERREIRA

**O ENSINO DOS SABERES TRADICIONAIS DENTRO E FORA DA SALA DE
AULA NA ESCOLA INDÍGENA SURARA BENVINDA**

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Artigo
- apresentado ao Instituto de Ciências da Educação da
Universidade Federal do Oeste do Pará, como
requisito para obtenção do título de Graduação em
Pedagogia sob orientação da Prof. Dra. Paula de
Mattos Colares.

Conceito:

Data de Aprovação: 31/08/2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Paula de Mattos Colares (Orientadora)

Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Lorena Lopes da Costa (Examinadora 1)

Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof.^a Erick Luiz Araújo (Examinador 2)

Avaliador externo

Dedico este trabalho em especial minha avó Benvinda Silva de Oliveira (in memoria), quando em vida seu desejo era ver seus filhos e netos formados. Aos meus filhos Manoel Róger Ferreira Queiroz e Riânder Jesus Ferreira Queiroz. Aos meus pais, irmãos, tios e meus queridos sobrinhos que tanto amo. A meu querido companheiro Jorge Gamboa Queiroz que esteve ao meu lado sempre e nunca me deixou desistir, sua compreensividade e sua força foram essencial nessa etapa da minha vida. A escola indígena Surara Benvida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer à Deus por toda sabedoria, saúde, força, coragem e pela proteção nessa longa caminhada.

À Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), pela oportunidade e apoio estudantil para a realização do curso.

Aos meus queridos pais Manoel Eróito Pimentel Ferreira e Waldenir Silva de Oliveira, aos meus irmãos e amigos que me incentivaram e apoiaram nessa longa jornada acadêmica.

Aos meus professores que durante meu percurso acadêmico sempre deram aquela palavra de apoio e incentivo para continuar essa trajetória.

A minha orientadora Prof Dra. Paula de Mattos Colares, por todo conhecimento compartilhado durante sua orientação e pela dedicação e paciência direcionada para que pudesse concluir este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão acerca do ensino dos saberes tradicionais/Notório Saber, desenvolvido na Escola Indígena Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Surara Benvinda, da aldeia Vila Franca, povo Arapyun, em Santarém, Pará. O objetivo é analisar a concepção do ensino dos saberes tradicionais e as práticas educacionais dos professores, buscando compreender esse aspecto da educação escolar indígena e seus efeitos no processo organizacional e social da aldeia. Ressalta-se a importância de garantir um ensino diferenciado e centrado na revitalização da cultura local, valorizando e respeitando os saberes, costumes, crenças e tradições do povo Arapyun. tal qual busco afirmar a importância de ter esses ensinamentos presentes não somente na escola, mas, principalmente, no dia a dia de nossas crianças. A proposta metodológica desse trabalho fundamentou-se como uma pesquisa descritiva exploratória, utilizando das análises de obras de autores que abordam sobre a temática a ser explorada e no método da história oral. No tocante a isso, destacamos que a Educação escolar indígena é uma realidade que vem sendo construída por diversos povos indígenas do país desde a promulgação da Constituição Federal de (1998), a qual assegurou aos indígenas do Brasil o direito de permanecerem índios, ou seja, eles mesmos, com suas línguas culturas e tradições.

Palavras-chaves: Saberes Tradicionais, Práticas Educacionais, Educação Escolar Indígena, Ensino Diferenciado.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the teaching of traditional knowledge/Notório Saber, developed at the Surara Benvinda Municipal Indigenous School of Early Childhood Education and Elementary Education, from Vila Franca village, Arapyun people, in Santarém, Pará. the conception of teaching of traditional knowledge and the educational practices of teachers, seeking to understand this aspect of indigenous school education and its effects on the organizational and social process of the village. The importance of guaranteeing a differentiated education centered on the revitalization of the local culture is highlighted, valuing and respecting the knowledge, customs, beliefs and traditions of the Arapyun people. just as I seek to affirm the importance of having these teachings present not only at school, but mainly in the daily lives of our children. The methodological proposal of this work was based on an exploratory descriptive research, using the analysis of works by authors who address the theme to be explored and the method of oral history. In this regard, we emphasize that indigenous school education is a reality that has been built by several indigenous peoples in the country since the promulgation of the Federal Constitution of (1998), which assured the indigenous people of Brazil the right to remain indigenous, that is, , themselves, with their languages, cultures and traditions.

Keywords: Traditional Knowledge, Educational Practices, Indigenous School Education, Differentiated Teaching.

IMAGEM

Imagem 1: Adultos e crianças nas atividades do dia a dia.....	23
Imagem 2: Dona Benvinda homenageada	26
Imagem 3: Escola Surara Benvinda.....	28
Imagem 4: Professores/Monitores dos saberes tradicionais na escola.....	30

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1 METODOLOGIA	11
1.1 Mapa da aldeia.....	13
2. ETNOGÊNESE	14
2.1 Etnogêneses indígenas no Baixo Tapajós	14
2.2 Autorreconhecimento como indígenas dos povos indígenas do Baixo Tapajós	15
3. HISTÓRIA	17
3.1.O povo Arapyun e a aldeia Vila Franca	17
3.2. De comunidade a aldeia: conflitos e transformações	18
4. EDUCAÇÃO INDÍGENA	19
4.1.A educação escolar indígena: da assimilação à valorização das identidades e conhecimentos indígenas	19
5. REVITALIZANDO NOSSOS CONHECIMENTOS	21
5.1. Saberes tradicionais no cotidiano da aldeia.....	21
5.2 A escola Surara Benvinda	23
5.3. A implementação do Notório Saber e da Língua Nheengatu na escola	28
Conclusão	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

INTRODUÇÃO

Enquanto acadêmica Indígena do curso de Pedagogia, me interessei em desenvolver a pesquisa “O ensino dos Saberes Tradicionais dentro e fora da sala de aula na escola Surara Benvinda”, por entender que a discussão - sobre os conhecimentos nativos na educação escolar - é de grande relevância para o meu povo Arapyun. Pretendo tratar, neste artigo, da importância de ter esses ensinamentos presentes não somente na escola, mas, principalmente, no dia a dia de nossas crianças. Minha escolha pelo referido tema tem como objetivo fortalecer cada vez mais minhas raízes e levar a especificidade do meu povo ao conhecimento dos acadêmicos da Ufopa e da sociedade em geral.

Atualmente o que mais buscamos, enquanto acadêmicos indígenas, é a nossa formação profissional, para assim contribuímos para o desenvolvimento de nossas aldeias e para compartilhar de conhecimentos adquiridos com nosso povo. Sou indígena da etnia Arapyun de Vila Franca e me afirmei como indígena aos 8 anos de idade, junto da minha família, quando se deu início a afirmação identitária dos povos indígenas na região do Baixo Tapajós. Em 1998, após a morte de Laurelino (um pajé muito conhecido na região), patriarca da comunidade de Takuara, os habitantes daquele lugar decidiram se identificar como indígenas Munduruku. Esse ato propulsor se expandiu nos rios Tapajós e Arapiuns, levando os habitantes nativos a buscar a ressignificação de sua identidade étnica também. Ingressei na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) através do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) e ao longo do meu percurso acadêmico, sempre busquei articular meus saberes com os aprendizados diários dentro da universidade, por isso meu Trabalho de Conclusão de Curso gira em torno da questão dos saberes tradicionais e seu lugar na aldeia e na escola.

Neste contexto, o referido trabalho tem por objetivos: investigar que contribuições o ensino dos saberes tradicionais trouxe desde sua inclusão na escola indígena Surara Benvinda; apontar de que forma os ensinamentos tradicionais estão presentes dentro e fora da referida escola; discutir a importância dos saberes tradicionais no contexto da educação escolar indígena; e apontar os desafios encontrados pelos educadores e educandos no processo de ensino e aprendizagem dos saberes tradicionais.

Dessa forma, espera-se que esta pesquisa venha contribuir para a compreensão acadêmica e social sobre a importância da revitalização desses conhecimentos que estavam adormecidos e que atualmente estão sendo repassados pelos mais velhos, que hoje são convidados pelo monitor(a) da disciplina de Notório Saber para juntos fazer o repasse de seus saberes na sala de aula, em forma de oficinas de aprendizagem. Nessas oficinas, os alunos aprendem a fazer os teçumes, como: paneiro, tipiti, cestas de palhas, tupé (tapete tecidos de talas); aprendem também a trabalhar os artesanatos que são feitos de madeiras e sementes, pinturas em tecidos e no corpo; e até a fabricar os remédios caseiros que são muito usados por nós.

1. METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva exploratória. O foco da minha investigação foi a escola indígena Surara Benvinda, da aldeia Arapyun de Vila Franca, localizada entre os rios Tapajós e Arapiuns, que fica as proximidades da cidade de Santarém-PA, a distância de 3 horas de viagem.

Utilizei, como referencial teórico, dos pensamentos dos teóricos que abordam a temática a ser explicitada no referido trabalho, como Vaz Filho (2010), Tapajós e Silva Neto (2019), Marques (2019), Oliveira (1998), dentre outros. Baseei-me também na história oral contada por minha família e por moradores da aldeia. Por ser filha do lugar e com a paralização das aulas na universidade por conta da pandemia decretada em 2020, voltei para aldeia, depois de seguir alguns métodos de segurança. Com o retorno das atividades não presenciais, pude observar de perto as práticas dos professores de modo remoto adotadas na escola Surara Benvinda, apesar de identificar muitas dificuldades, em especial com relação ao acesso à internet, os professores são excelentes profissionais, procuraram trabalhar com a realidade da aldeia, fazendo as tarefas de seus alunos manual. Na oportunidade de uma conversa com a professora que é responsável da escola, Rosa Maria, vi de perto as dificuldades que os educadores de fato tiveram para fazer com que as aulas chegassem aos seus alunos na pandemia, mesmo porque, além da escola não dispor de instrumentos tecnológicos, a precariedade de acesso à internet existe também. E os materiais

didáticos que a escola recebe chegam em uma quantidade pequena, que nem mesmo supre as necessidades dos alunos.

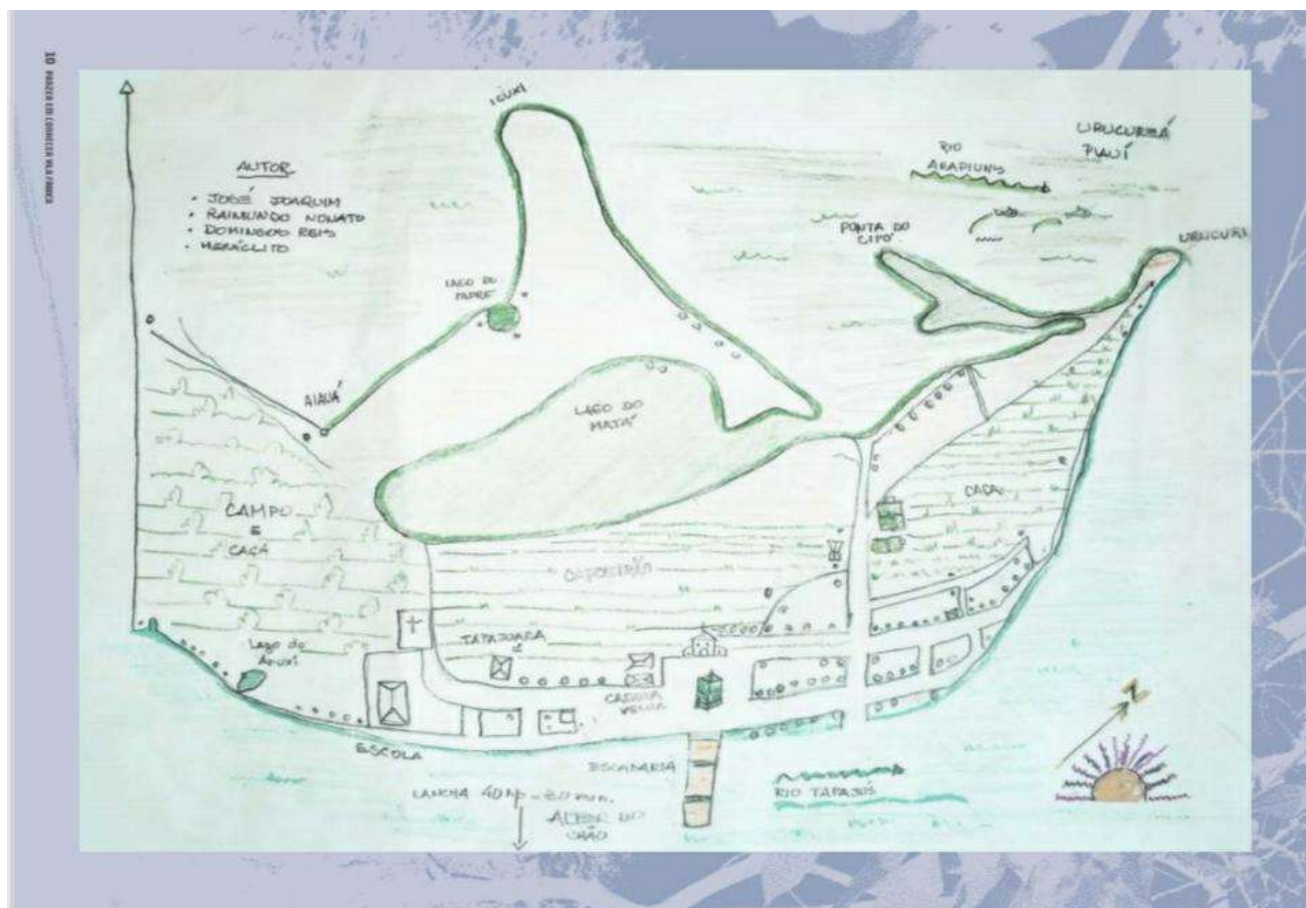
Minha pesquisa iniciou-se em 2020, com duas visitas à escola antes da pandemia, nas quais tive a oportunidade de apresentar meu trabalho e observar um pouco o funcionamento da escola, acompanhando a atuação dos professores em sala de aula. Na sala de aula os educadores procuram sempre passar os conteúdos de uma forma que seus alunos aprendam de fato, eles buscam adequar os conteúdos com a realidade de seus alunos. Observou-se que a parceria e união do corpo docente com os educandos, pais e até mesmo moradores da aldeia que não tem filhos na escola, é impressionante, pois o trabalho é coletivo e nossos profissionais são amparados por todos do movimento indígena. Quando a escola precisa, todo mundo se junta e faz, e não é diferente nas aulas que trazem o reavivamento das nossas culturas como o Nheengatu (Língua Indígena) e Notório Saber. Os monitores dessas duas disciplinas, por serem jovens, tem sempre a parceria das pessoas mais velhas, que são solicitadas para ir à sala de aula ensinar de seu conhecimento para os alunos. Esses momentos são muito prazerosos, e neles podemos ver de perto o processo de transmissão de conhecimentos, ou seja, o processo de revitalização, de regaste, de reavivamento nossa cultura.

Com a paralisação das atividades presenciais por conta da pandemia, não pude continuar com minhas observações da pesquisa em sala aula. Afinal, foi um vírus que se alastrou no mundo todo e foram momentos de pânico que vivenciamos na aldeia pelas informações que ouvíamos e assistíamos diariamente.

1.1 Mapa da aldeia



Fonte: CEAPS- Projeto Saúde e Alegria-2012, p.8-9.



Fonte: CEAPS- Projeto Saúde e Alegria-2012, p.10.

2. ETNOGÊNESE

2.1 Etnogêneses indígenas no Baixo Tapajós

A trajetória dos povos indígenas da região do Baixo Tapajós pode ser analisada a partir do conceito de etnogênese. Desde o ano de 1998, as comunidades que eram conhecidas antes como “ribeirinhas” começaram a desencadear um movimento de resistência na região do Baixo Tapajós, buscando o resgate de suas verdadeiras identidades. A situação atual dos povos indígenas no Baixo Tapajós precisa ser interpretada à luz da trajetória histórica desses povos, na qual a colonização portuguesa foi um divisor de águas, pois produziu transformações profundas nos seus modos de vida. (TAPAJÓS E SILVA NETO 2019, p. 16).

Para João Pacheco de Oliveira (1998) o conceito de etnogênese inclui tanto o surgimento das emergências étnicas (novas identidades) como a reelaboração/reconstrução de etnias já conhecidas. O processo de etnogênese no

Tapajós teve como marco iniciante o processo de autoafirmação da identidade indígena da comunidade de Takuara, no município de Belterra, declarando-se povo Munduruku, o que foi oficializado através de um documento, pela FUNAI no ano de 1998. Esse ponto inicial fez com que outras comunidades ribeirinhas tivessem interesse em assumir suas verdadeiras identidades indígenas, e de lutar pelo reconhecimento legal de suas etnias e territórios, que hoje somam ao todo 13 diferentes etnias (Arapium, Arara-Vermelha, Apiaká, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Maytapú, Munduruku, Munduruku-Cara Preta, Tapajó, Tapuia, Tupaiú e Tupinambá) que residem em 64 aldeias, abrangendo os municípios de Belterra, Aveiro e Santarém.

De acordo com Vaz (2010, p.22), os indígenas dessas comunidades afirmam que pertencem a alguns dos povos documentados pela história como aqueles que foram encontrados pelos europeus, na região, entre os séculos XVI e XVIII, como os Tapajó, Tupaiú, Tupinambá, Arapium, Borari, Maytapu e Munduruku. Outros povos da região, como os Arara Vermelha e Jaraqui, dizem que seus antepassados já viviam nessas terras antes da chegada dos portugueses. Ou seja, os atuais moradores das comunidades do Baixo Tapajós afirmam ser a continuidade histórica e cultural dos povos e que, apesar de muitas mudanças, continuam indígenas.

Marques (2019, p. 175) afirma que o processo histórico de dominação portuguesa na região do rio Tapajós ocasionou a desestruturação social das comunidades indígenas, e que fatores econômicos e políticos aumentaram a opressão sobre as comunidades indígenas. Para esse autor, três fatores despontam como os principais para esse quadro: a) a ação dos Jesuítas e a imposição, por eles, de uma nova cosmovisão fundada na religião católica; b) a Cabanagem, que acabou com a perseguição e extermínio de indígenas no Pará e c) a dinâmica da exploração da borracha. Todos esses fatores transformaram a relação dos moradores com a sua identidade étnica, diante da nova realidade imposta pela cultura ocidental.

2.2 Autorreconhecimento como indígenas dos povos indígenas do Baixo Tapajós

O autorreconhecimento exige que os indivíduos se considerem parte de grupos sociais específicos e etnicamente diversos, como parte de sociedades que são diferentes da sociedade hegemônica. A diversidade cultural brasileira, hoje, é

reconhecida pela Constituição Federal de 1988, e o direito à autodeterminação e ao autorreconhecimento é um instrumento da Convenção no 169 da OIT, ratificada pelo Brasil (MARQUES, 2019, p.175). No caso do Baixo Tapajós, as aldeias começaram, desde o final da década de 1990, a se identificar como indígenas.

O processo de autorreconhecimento ou reafirmação de povos indígenas da região do Baixo Tapajós tem alguns marcos históricos. Em 1997, foi criado por Vaz, junto aos professores, jovens estudantes e religiosos, um grupo que buscava resgatar a cultura local e a identidade indígena, o GCI (Grupo Consciência Indígena). Logo após sua criação, foi realizada em abril de 1999, na comunidade de Takuara, uma missa indígena, cuja programação incluiu debates sobre identidade e direitos indígenas. Em seguida, muitos outros movimentos foram feitos, fortalecendo cada vez a resistência dos indígenas no processo de valorização de suas histórias, identidade e tradições culturais. No final do ano de 1998, por solicitação oficial das comunidades ribeirinhas, mesmo enfrentando oposição organizada por alguns líderes políticos, foi criada a Resex (Reserva extrativista tapajós-Arapiuns), que para a população ribeirinha foi fundamental. Com a criação da Resex, madeiras e mineradoras foram expulsas dessas áreas, e as lideranças de algumas associações de moradores começaram a fazer parte da direção dessa reserva. Já nos dias 03 a 05 de junho de 1999, aconteceu em Vila Franca uma assembleia que tinha por finalidade ampliar o processo de valorização das tradições culturais das comunidades. Essa assembleia somou com a participação de aproximadamente 328 pessoas de 43 comunidades da reserva Tapajós-Arapiuns. (VAZ, 2010, p. 36).

Vaz (2010) diz que pelo interesse de outras comunidades em juntar-se ao movimento de resistência, aconteceu também o I Encontro dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós, nos dias 31 de dezembro de 1999 a 01 de janeiro de 2000 na aldeia de Jauarituba (povo Tupinambá), que teve um público de 150 representantes de aproximadamente 10 comunidades ribeirinhas. Outro fato marcante para somar no movimento de resistência foi a Caravana da Marcha Indígena, que fez passagem por Santarém no dia 07 de abril de 2000, com mais de 450 representantes de povos do Amazonas e Roraima. Essa caravana foi recebida por uma multidão que já somava onze comunidades declaradas indígenas no Tapajós. No II Encontro dos Povos Indígenas, entre os dias 30 de dezembro de 2000 e 01 de janeiro de 2001, já era visto o crescimento do movimento. Não estavam mais presentes somente habitantes do

Tapajós, foram também os habitantes do rio Arapiuns que já se identificavam como indígenas. O intuito do encontro era fortalecer mais o movimento e a afirmação das identidades culturais e étnicas das comunidades indígenas. O III Encontro foi em São Pedro no rio Arapiuns de 30 de dezembro de 2001 à 01 de janeiro de 2002, o movimento só crescia na região. O IV Encontro aconteceu em Bragança, no período de 11 a 13 de julho de 2003 e o número de comunidades indígenas já passava de 25, com um público maior de participantes. Por fim, o V Encontro dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós foi realizado de 11 a 23 de agosto de 2004 na Aldeia Cachoeira do Maró, no rio Arapiuns. Todos esses encontros aconteceram para somar cada vez mais com o movimento de resistência dos povos do Baixo Tapajós, que até os dias de hoje lutam para ter de fato o reconhecimento legal em seus territórios.

Em 2000, foi criado o Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), com o objetivo de representar as diversas associações indígenas que estavam se espalhando pela região do Baixo Tapajós. Atualmente, de acordo com o CITA, existem 13 povos indígenas no Baixo Tapajós (Arapiun, Arara-Vermelha, Apiaká, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Maytapú, Munduruku, Munduruku-Cara Preta, Tapajó, Tapuia, Tupaiú e Tupinambá), distribuídos em mais de 60 aldeias do município de Santarém, Aveiro e Belterra.

Hoje, cada povo é responsável por manter sua cultura viva, com o objetivo de fortalecer cada vez mais suas raízes. Com a criação do GCI e do CITA, o movimento indígena do Baixo Tapajós passou a ganhar mais força em suas lutas, e começou a realizar encontros e reuniões constantes para debater sobre seus territórios e exigir direitos que já lhes eram concedidos pela Constituição de 1988, especialmente aqueles presentes no artigo 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

3. HISTÓRIA

3.1.O povo Arapyun e a aldeia Vila Franca

Conta-se que o povoado que deu origem a Vila Franca surgiu em janeiro de 1723, pelo missionário Manoel Rebelo, padre secular da companhia Menino Jesus (jesuítas), que revoltado com os maus tratos sofridos pelos índios da região, deixou a

missão dos Tapajós. A ele se juntaram centenas de índios, que formaram a missão de Arapiuns ou missão de Nossa Senhora da Assunção dos Arapiuns (CEAPS-Projeto Saúde e Alegria-2012).

As histórias que hoje são contadas por pessoas mais velhas, que ainda residem na Comunidade/Aldeia, apontam que essa vila, por ser uma das mais antigas da região, pode ter a mesma idade ou ser até mais velha que Santarém. Contam também, que aqui era para ser cidade, só não foi cidade porque essa vila é uma ponta e não tinha colônia e nem porto. Nesse vilarejo, está marcada a história da guerra da cabanagem, entre 1835 a 1840, quando negros, índios e pobres massacrados se revoltaram contra os poderosos da época.

Vila Franca está situada às margens do rio Arapiuns: faz frente para o rio Tapajós e fundo para o rio Arapiuns, onde é rodeada de pontas de praias também: Ponta do Urucurí; Ponta do Cipó e Ponta do Icuxi. É um vilarejo histórico, que já foi missão do povo Arapiuns e hoje continua sendo habitada por seus descendentes, que somam aproximadamente 40 famílias indígenas cadastradas no censo do CITA. É um povo que ainda vive com seus costumes, crenças e tradições, e tem orgulho de suas raízes.

3.2. De comunidade a aldeia: conflitos e transformações

Desde a fundação de seu povoado, Vila Franca sempre teve como habitantes descendentes de índios, entre aqueles que reconhecem sua identidade indígena e aqueles que a negam. Mesmo que parte de seus moradores não se reconheça como indígenas, a convivência entre as famílias foi tranquila por um bom tempo. Porém, com a criação da Resex (Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns), essa tranquilidade ficou a desejar, pois na criação do plano de utilização dessa reserva, não está incluída nenhuma especificidade ou direito diferenciado aos povos indígenas, ainda que a maior parte das aldeias fiquem na área da Reserva.

Diante desse cenário, e já conhecedores de seus direitos, não demorou para que os indígenas de Vila Franca buscassem o reconhecimento de sua aldeia indígena Arapyun. Foi nesse ponto que os conflitos ficaram mais visíveis entre moradores. No entanto, com o autorreconhecimento, as famílias indígenas e não indígenas começaram a usufruir de benefícios como: a modalidade do nível do ensino médio

que a escola ganhou (modular indígena), da qual toda a população de Vila Franca se beneficiou. Vale ressaltar que os conflitos sempre vinham da parte dos moradores que não se identificaram como indígenas. Apesar de ser somente alguns moradores que causavam esses confrontos, o povo indígena nunca se negou a contribuir com a comunidade e soube lidar com todos esses problemas da melhor forma possível, pensando no convívio harmonioso para todos.

Segundo Bartllomé (2006, p. 39 e 40), o termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos, podendo ser configurado como um processo de estruturação da diversidade cultural humana.

Cada povo possui seus próprios costumes, ou seja, tem suas especificidades, porém algumas formas de organização e atividades são bastante comuns entre as populações indígenas. A maioria dos povos nativos – pelo menos entre aqueles que vivem em seus territórios tradicionais - tiram seus sustentos da natureza, caçam, pescam e cultivam seu próprio alimento. Na nossa região cada povo indígena tem seu modo próprio de viver, ainda que compartilhem alguns aspectos culturais e sociais.

Esses modos de viver são ameaçados com a não garantia dos direitos indígenas, principalmente ao território. Na aldeia de Vila Franca, por exemplo, com muitos acontecimentos e devido a um número excessivo de confrontos entre moradores, deixamos de lado muitos de nossos costumes, como por exemplo o Festival Purasy (Festival de Danças) que desde o ano de 2014 não aconteceu mais. Esse festival reunia aldeias vizinhas e até mesmo comunidades não indígenas.

4. EDUCAÇÃO INDÍGENA

4.1.A educação escolar indígena: da assimilação à valorização das identidades e conhecimentos indígenas

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos indígenas no Brasil o direito de permanecerem com suas identidades étnicas, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002, p. 9).

Para falarmos sobre a educação escolar indígena, primeiramente temos que entender e conhecer a realidade dos povos indígenas do nosso município, para pensar na relação cultura/educação/escolarização. A escola “considerada ideal” para os povos indígenas é aquela que tem uma educação de fato específica e diferenciada, não apenas nos aspectos óbvios, como o currículo e o tempo escolar, mas que tem como sua principal característica a luta pela autonomia, levando em consideração as especificidades de cada povo, respeitando e valorizando seus conhecimentos e seus modos de vida, que vem sendo transmitidas de geração a geração.

No campo da Educação Escolar Indígena consolidaram-se no Brasil instrumentos jurídicos e normas oficiais de orientações que hoje compreendem uma política pública de educação escolar diferenciada para os povos indígenas, visando o respeito e valorização de seus modos próprios de vida, suas línguas e as instituições das sociedades indígena. A criação da modalidade/categoria Educação Indígena no sistema nacional de educação, por exemplo, está fundamentada no fortalecimento da autonomia dos grupos étnicos, para que a escola possa ser um agente dos interesses indígenas nos processos de fortalecimento identitário e efetivação dos direitos territoriais (RODRIGUES, 2018, p. 398).

No Brasil, desde a Constituição de 1988, os povos indígenas têm reconhecidas suas formas próprias de organização social, tradições, valores e seus modos próprios de produzir e transmitir conhecimentos para as gerações futuras. A educação escolar voltada para os indígenas não é nova, pois se iniciou ainda durante a colonização. Mas a discussão sobre sua adaptação às realidades indígenas toma forma a partir da década de 1970, quando especialistas em diversas áreas, como antropólogos e pedagogos, além de indigenistas, começaram a auxiliar na elaboração de diversos projetos escolares alternativos em algumas escolas indígenas, e os movimentos indígenas passam a demandar, mais amplamente, o reconhecimento de seus direitos, inclusive o de uma educação de qualidade e específica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002).

O direito a uma Educação Escolar Indígena é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e está baseado na proposta de que os povos indígenas têm o direito de, através da escola, afirmar e valorizar suas identidades étnicas, recuperar suas memórias históricas e fortalecer suas línguas e conhecimentos; assim como de

acessar conhecimentos de outras sociedades indígenas e não indígenas, inclusive os conhecimentos hegemônicos.

Desde então, as leis subsequentes à Constituição que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002).

A educação na escola indígena Surara Benvinda está orientada pelo direito à educação diferenciada. Teve início em 2016, buscando trabalhar a relação entre sociedade, cultura e escola, atendendo as demandas de uma educação escolar específica nos níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio. Com a aprovação dos componentes de Notório Saber e Língua Indígena (Nheengatu), a escola passou a valorizar ainda mais a educação diferenciada.

5. REVITALIZANDO NOSSOS CONHECIMENTOS

5.1. Saberes tradicionais no cotidiano da aldeia

No Baixo Tapajós, as crianças não são excluídas dos espaços de trabalho dos pais e de outros adultos: as meninas e meninos aprendem muita coisa observando, acompanhando os adultos e participando de suas atividades. Saberes e conhecimentos ligados à pesca, à caça e ao cultivo de roçados e às histórias contadas na oralidade, são aprendidas aos poucos, através dessa observação, da escuta e da participação nas atividades. (MEDAETS, 2019, p. 115).

Aprendemos desde cedo a ajudar nossos pais em casa e nos trabalhos coletivos (*puxirum*, como ainda é chamado na aldeia). São aprendizados que levamos para a vida toda. Sabemos que desde o nascimento, as crianças estão sempre aprendendo, pois todos os seus conhecimentos são adquiridos no dia a dia, com sua vivência com seus pais, irmãos, avós e parentes. Aprendem a ter um bom comportamento, a dialogar, a se defender do perigo, a ajudar principalmente seus pais nas suas atividades, como: pescar, caçar, roçar, cultivar, plantar e colher.

A criança aprende sobre o mundo que lhe cerca e toma conhecimento dele nas relações sociais que estabelece com os outros membros da sua comunidade. A ênfase é colocada nas relações sociais entre pessoas, sejam elas adultas ou crianças (SILVA, 2012, p. 85). A aprendizagem fora da escola acontece nesse mundo que as cerca, a aldeia, junto de sua comunidade.

Tassinari (2015, p. 152-153) afirma que ao permanecerem junto dos pais, as crianças pequenas são estimuladas a adquirir algumas responsabilidades, respeitando seus gostos, interesses e capacidades físicas, ao que costumam responder de forma positiva, demonstrando orgulho por suas novas habilidades.



Adultos e crianças na roça fazendo a colheita da mandioca
Fonte: Arquivo pessoal



Crianças acompanhando a mãe na pescaria
Fonte: Arquivo pessoal

5.2 A escola Surara Benvinda

A escola indígena Surara Benvinda tem seis anos de existência. Antes de sua construção, todos os alunos estudavam na escola Nossa Senhora Assunção. A escola era um ambiente harmonioso e lá estudavam alunos indígenas e não indígenas, e todos tinham a oportunidade de concluir o ensino fundamental. Mas muitos, após concluir esse ensino, ficavam na aldeia sem ter condições de seguir em frente com os estudos; outros alunos, com ajuda de parentes que moram na cidade, vinham para estudar e avançar com seus estudos em Santarém, e assim concluía o ensino médio e seguiam em frente em busca de uma graduação. Com o passar dos anos, Vila Franca se tornou uma aldeia/comunidade a possuir uma grande diversidade, pois os nativos buscaram pela reafirmação de sua identidade, no processo de etnogênese que descrevemos. Isso fez com que esse vilarejo se tornasse palco de muitos conflitos entre moradores. A vila se dividiu em dois povoados: indígenas e não indígenas. Desde então, possui sempre dois lados, e não é diferente na representação da Aldeia/Comunidade, que de um lado tem a Associação Indígena Arapyun (AIA) e de outro, a Associação Comunitária de Vila Franca (ASCOVIFRAN). Com a reafirmação da identidade indígena, os habitantes começaram a lutar em busca de melhoria para

seu povo. No ano de 2005, a escola Nossa Senhora Assunção entrou no censo como escola indígena por possuir uma quantidade razoável de alunos indígenas. Essa mudança não foi aceita pelos representantes dos não indígenas, e então começaram os conflitos entre indígenas e não indígenas, levando ao preconceito e discriminação do lado dos não indígenas, que dizem que ali nunca existiu índios ou descendentes.

Como consequência de todo esse desconforto no ambiente escolar, e vendo que a cada dia se tornava mais difícil lidar com esse problema da não aceitação dos não indígenas, em 10 de Novembro de 2015, às dezenove horas e trinta minutos na maloca Kebec, o povo indígena Arapyun da aldeia Vila Franca se reuniu em assembleia geral, com o objetivo de decidir o desmembramento e a construção de uma nova escola, devido aos conflitos que vinham acontecendo entre indígenas e não indígenas na escola que atuava no momento (Nossa Senhora Assunção).

Após a tomada de decisão de desmembrar a escola atual e construir um novo ambiente escolar, os moradores indígenas procuraram o Ministério Público Federal e inúmeras audiências foram realizadas junto à Secretaria Municipal de Educação, que em alguns momentos se posicionava contra a decisão de criação de uma nova escola. Porém, o povo não desistiu de seus objetivos e sua resistência o fortaleceu.

Em 21 de Janeiro de 2016, o Ministério Público orientou a construção da escola Surara Benvinda, que recebeu este nome em virtude da homenagem que foi feita a uma grande guerreira e militante do movimento indígena na aldeia Arapyun/Vila Franca, a senhora Benvinda Silva de Oliveira, já falecida, mas que deixou uma história para seu povo, que hoje sente orgulho em ver os resultados e conquistas de suas lutas. Enquanto viva, dona Benvinda sempre manteve a cultural local viva na aldeia e incentivava a busca e a valorização da educação indígena em todos os níveis de ensino. Ela foi aluna do ensino modular indígena implantado na aldeia e sempre dizia: “eu estudo que é para meus filhos e netos estudarem”. Cheguei a ouvir essa frase de sua própria boca.



Dona Benvinda Silva de Oliveira
Fonte: arquivo pessoal

Dona Benvinda era conhecida popularmente por ser uma militante de movimentos sociais, não importava qual era movimento, se fosse para trazer melhoria e pelo bem de todos, lá estava ela. A vida cultural de Vila Franca ficou por conta do conhecimento e da criatividade dela por muito tempo. Foi uma mulher que fez muito pela educação cultural de nossa aldeia e enriqueceu a infância de muitas pessoas que se encontram hoje na idade adulta. Com seu carisma e alegria, realizou grandes eventos culturais e ensinou muito sobre história de um povo. Contribuiu muito pela educação, lutou tanto pelos direitos das mulheres e por melhorias na aldeia. Tinha uma criatividade impressionante e inventava danças para não deixar datas comemorativas passarem em branco. Foi a grande mentora da dança da cobra grande

(Miquilina). Quem lembra do suco de mucajá, das danças que eram resgatadas lá do fundo de onde a gente nem sabia que existia! Por isso que o nome da escola indígena é Surara Benvinda para homenagear e honrar essa pessoa que tanto nos ensinou.

O ano letivo de 2016 funcionou como uma sala externa da Escola São Francisco, da aldeia Lago da Praia, atendendo as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com uma clientela de 50 alunos. Hoje, a escola possui seis salas no modelo malocas, feitas de madeira e palha, além de uma sala de leitura e uma cozinha, que é coberta de telhas e parede de madeira.



Fonte: Arquivo da escola



Imagens das malocas
Fonte: Arquivo da escola



Biblioteca da escola
Fonte: Arquivo da escola

Seu corpo docente é formado por doze professores, sendo que cada um atua em sua área específica. Desses doze, apenas um professor não é indígena e todos são graduados, com exceção da monitora de Notório Saber, duas auxiliares de conservação (merendeiras), um vigia e um auxiliar administrativo. Todos os

funcionários são contratados pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e ocupam cargos de acordo com sua graduação.

5.3. A implementação do Notório Saber e da Língua Nheengatu na escola

Com a criação da Coordenação de Educação Escolar Indígena no âmbito da SEMED de Santarém em 2006, muitos projetos foram criados, e um dos projetos implementados, em 2012 foi a inclusão, na grade escolar, dos componentes Notório Saber e Língua Indígena (Nheengatu). Com a aprovação desses componentes, o povo Arapyun de Vila Franca se beneficiou e até hoje mantém essa educação diferenciada, buscando a revitalização da língua indígena e fortalecendo nossa identidade. Com a transformação do ensino diferenciado e a apropriação da língua, o povo indígena tem conseguido ocupar um espaço que é seu por direito.

Segundo Grupioni (2008, p. 193) a questão da língua indígena é a que mais ganha relevância na educação escolar indígena, uma vez que seu ensino e valorização estão na base da proposta da educação diferenciada, convivendo com o interesse de muitos pais pelo aprendizado e domínio do português por parte dos seus filhos. As duas coisas são vistas como complementares.

Hoje, a escola conta com dois monitores para fazer o repasse desses conhecimentos tradicionais: um para Notório Saber e um para Nheengatu. Vale ressaltar que essas disciplinas têm uma grande relevância para toda população indígena do Baixo Tapajós, pois além de contemplar o povo com uma educação diferenciada, que valoriza nossas culturas e línguas e fortalece nossas origens, são ensinadas com intuito de revitalização e valorização da nossa língua materna, o Nheengatu, e com o Notório Saber, a cultura é trabalhada através de artes, artesanato, danças e outras formas de expressão cultural.

Em relação ao ensino de Nheengatu como língua materna, pode-se dizer que foi uma conquista enorme para os povos indígenas do Baixo Tapajós. Quanto à prática de ensino, na tentativa de resgatar um pouco daquilo que nos foi tirado como a nossa língua materna, o repasse é feito por jovens indígenas que, por meio de cursos, adquiriram os conhecimentos sobre fala/ escrita do Nheengatu e dessa forma passaram a disseminar esse conhecimento nas salas de aula nas aldeias. É importante ressaltar que a dedicação e força de vontade desses professores é mais

que a missão de ensinar, é a vontade de viver novamente o que foi perdido há muito tempo. Além disso, uma tentativa de valorização não só linguística, mas também cultural de cada povo da nossa região.

O que dizem os professores dos saberes tradicionais



Professores/Monitores de Língua Nheengatu e Notório Saber
Fonte: Professor Enoque Monteiro

Na escola Surara Benvinda, busca-se trabalhar a interculturalidade e a revitalização histórica e cultural do nosso povo. Os professores dizem que é gratificante transmitir e ao mesmo tempo vivenciar todos esses ensinamentos juntos aos educandos, pois é uma missão que vai além do repasse de conhecimentos. Segundo eles, é uma forma de fazer com que a cada dia nossas raízes sejam mais fortalecidas, mostrando para eles os alunos a importância de manter viva nossa história, nossa cultura, crenças e costumes.

A escola para o povo Arapyun de Vila Franca é um espaço fundamental para que possamos fazer essa troca de conhecimento, pois nossos alunos também trazem do seu convívio familiar conhecimentos adquiridos no dia a dia com seus pais, irmão, avós, tios e outros parentes próximos. Podemos falar que além de ensinar aos alunos, os professores aprendem com eles também.

Os professores orientam ainda mais sobre o conhecimento que os alunos levam consigo desde crianças, que é a importância de respeitar nossa mãe natureza em lagos, rios, igarapés, matas e encantados em pontos sagrados, isso eles aprendem em casa e o papel da escola, segundo os monitores/professores de Língua

Nheengatu e Notório Saber é fortalecer todos esses ensinamentos que eles já trazem na bagagem.

O ensino da Língua Nheengatu e Notório Saber na escola Surara Benvinda contribuem para a educação diferenciada na escola indígena na nossa aldeia. As disciplinas são ministradas por professores indígenas, que trabalham a afirmação de valores étnicos e culturais e o reavivamento das memórias históricas, valorizando nossas especificidades. O professor/monitor de Nheengatu, Raimundo Enoque Monteiro Cardoso, tem formação em Magistério Indígena e é graduado em Linguagens e Artes na Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). A professora/monitora de Notório Saber, Albanice Lopes, tem formação em ensino médio e cursos ofertados pela SEMED.

Conclusão

A escola tem um grande papel na vida de cada indivíduo, pois é um espaço fundamental para a transformação da sociedade, onde acontece a formação de caráter, dos valores e princípios morais. Entende-se também que a escola é um lugar que tem por obrigação garantir o acesso ao ensino de qualidade para qualquer cidadão, independentemente da sua cor, raça ou etnia.

Atualmente a educação escolar já é uma realidade para as populações indígenas no Brasil e muitas aldeias já dispõem de uma escola para que seu povo tenha acesso a educação. No entanto, podemos afirmar que não é suficiente ter escola registrada como modalidade indígena, se as mesmas não puderem oferecer de fato aos seus alunos nativos uma aprendizagem que valorize suas culturas, saberes, tradições e identidades.

Diante disso, na escola indígena Surara Benvinda observa-se que o ensino é trabalhado de uma forma diferenciada, garantindo o acesso aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, mas de modo a adequar esses conhecimentos a realidade local. A referida escola também trabalha bastante o respeito as diferenças, mesmo porque atende alunos indígenas e não indígenas.

Pode-se concluir com essa pesquisa, que a inclusão das duas disciplinas, Nheengatu e Notório Saber, tem uma relevância grande para cada povo da nossa região, pois colabora para que a educação escolar indígena se torne mesmo

diferenciada e específica, ainda que esses componentes sejam desenvolvidos nas escolas como atividade extracurricular. Porém, ainda falta avançar mais, tanto nas estruturas das escolas, quanto na formação continuada para formar e capacitar professores indígenas em todas as áreas de conhecimento, para que possam atuar nas escolas indígenas da nossa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana, 2006.

MARQUES, Domingos Bruno Gonçalves. **O direito ao Autorreconhecimento na reafirmação étnica na região do Tapajós, Santarém-PA**. In Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 3, n. 5, p.169-186, Jan/Jun 2019.

CEAPS- Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental. **Prazer em conhecer Vila Franca, o encontro dos encontros**. Revista do Projeto Saúde e Alegria- 2012.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe Cultura, escola e professores indígenas no Brasil**. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em antropologia), São Paulo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Programa Parâmetros em Ação. Educação Escolar Indígena. As Leis e a Educação Escolar Indígena. Brasília, 2002.

MEDAETS, Chantal. **Dentro e fora da escola: comparando modos de se relacionar em uma comunidade do Tapajós (Pará, Brasil)**. Runa, v. 40, n. 2, p. 113-130, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **“Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”**. Mana. Estudos de Antropologia Social, 4(1):47-77, 1998.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **QUANDO A ESCOLA É UMA FLECHA Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia**. In: Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 8, Nº 3, p. 396 - 422, SET/DEZ 2018.

SILVA, Rogerio Correia. **Circulando com os meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá.** Ano 15, N°. 20, p. 79-104 - dezembro 2012.

TAPAJÓS, Ib Sales; NETO, Nirson Medeiros da Silva. **Emergência indígena e abertura da história no Baixo Tapajós.** In: Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 3, n. 5, p.14-38, Jan/Jun 2019.

TASSINARI, Antonella. **Produzindo corpos ativos a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 141-172, jul./dez. 2015.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica dos povos indígenas do Baixo Tapajós, Amazônia.** 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – concentração em Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.